

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

presente pela taxa de 12,0% a.a. Adicionalmente, a Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, à avaliação desse benefício de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores (vide nota 19).

Provisão para contingências - são constituídas mediante avaliações dos riscos em processos cuja probabilidade de perda configuram contingências prováveis e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes e outros fatos contingências conhecidos na data do encerramento do balanço (vide nota 22).

Imposto de renda e contribuição social - estão calculados conforme normas estabelecidas para as empresas cuja apuração tem como base o Lucro Real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis e débitos fiscais sobre as diferenças temporárias passivas (vide nota 8).

Resultado - o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A energia elétrica fornecida e faturada é reconhecida com base nas tarifas regulamentadas pela ANEEL. A energia elétrica fornecida e não faturada é provisionada considerando o faturamento mensal anterior. Historicamente,

a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante.

Estimativas contábeis - na elaboração das demonstrações financeiras é necessário que a Administração da Companhia baseie-se em estimativas para contabilizar certas transações que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Entretanto, a administração da Companhia revisa periodicamente essas estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Instrumentos financeiros - o resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio do dólar e da variação das diversas moedas (US\$, Iene, Euro, Franco Suíço e outras) que compõem a cesta de moedas do BNDES, visto que a Companhia possui financiamento atrelado a essas indexadoras (vide nota 15). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contratou operações de "swap", substituindo a variação desses indexadores pela variação do CDI (vide nota 30).

Lucro líquido e patrimônio líquido por ação - estão determinados considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do encerramento do balanço.

Tipo de aplicação	Taxa média (% do CDI)			
	2006	2005	2006	2005
Curto prazo				
Operação compromissada	100,7%	99,3%	35.446	952
Total de curto prazo			60.293	952
Longo prazo				
CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro	-	100,0%	-	5.452
CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro	95,5%	102,6%	11.104	10.361
Operação compromissada (iii)	101,7%	-	1.303	-
Total de longo prazo			12.407	15.813
Total curto e longo prazo			72.700	16.765

CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
 CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro
 (i) Vide nota 15 - Unibanco moeda estrangeira; e
 (ii) Vide nota 15 - BNDES FINEM (período de 2003 a 2005).

Curto prazo	Vencidos	Saldo		Total 2006	Total 2005	Provisão para créditos de liquidação duvidosa		Saldo líquido	
		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias			2006	2005	2006	2005
Consumidores									
Residencial	48.398	17.254	6.971	72.623	72.611	(4.179)	(3.751)	68.444	68.860
Industrial	45.721	9.798	21.459	76.977	73.166	(3.055)	-	73.914	70.111
Comercial e serviços	5.567	11.500	40.674	40.674	44.310	(7.311)	(7.460)	33.363	36.850
Rural	10.262	1.550	638	12.450	12.591	-	(180)	12.311	12.411
Poder público	7.165	3.609	1.491	12.265	13.541	-	-	12.265	13.241
Iluminação pública	14.109	2.343	40.878	57.330	56.076	(457)	-	56.873	56.076
Serviço público	5.446	915	272	6.633	5.900	-	-	6.233	5.900
Fornecimento não faturado	84.946	-	-	84.946	61.474	-	-	84.946	61.474
Subtotal	239.654	40.696	83.208	363.558	339.669	(15.548)	(14.446)	348.010	325.223
Concessionária e permissionária	6.294	-	-	6.294	-	-	-	6.294	-
Comercialização - CCEE (*)	-	-	-	-	3	-	-	-	3
AES Uruguaiana	16.774	-	-	16.774	16.774	(16.774)	(16.774)	-	-
Energia livre	2.865	-	-	2.865	2.675	(701)	(73)	2.164	2.602
Ativo regulatório - TUSD	5.695	-	-	5.695	-	-	-	5.695	-
Total	271.272	40.696	83.208	395.176	364.744	(33.023)	(31.293)	362.153	333.451
Consumidores									
Residencial	325	-	-	325	399	-	-	325	399
Industrial	1.832	-	-	1.832	3.451	-	-	1.832	3.451
Comercial e serviços	2.738	-	-	2.738	996	-	-	2.738	996
Rural	6	-	-	6	18	-	-	6	18
Poder público	1.150	-	-	1.150	2.352	-	-	1.150	2.352
Iluminação pública	20.337	-	-	20.337	15.528	-	-	20.337	15.528
Subtotal	26.388	-	-	26.388	22.724	-	-	26.388	22.724
Energia livre	6.424	-	-	6.424	7.905	(5.775)	(5.149)	649	2.756
Ativo regulatório - TUSD	2.785	-	-	2.785	-	-	-	2.785	-
Total	35.597	-	-	35.597	30.629	(5.775)	(5.149)	29.822	25.480

(*) Vide nota explicativa nº 31

Créditos vencidos

1 - Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades

Para essas classes de consumidores o saldo dos créditos vencidos é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é, de após aproximadamente 49 dias da contá em atraso, interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é restabelecido após a quitação dos valores em atraso.

2 - Poder público, iluminação pública e serviço público

Para essas classes de consumidores, o maior montante de créditos vencidos refere-se às Prefeituras. Considerando a relevância destes créditos e após uma criteriosa avaliação das medidas e dos respectivos resultados alcançados, a Administração resolveu, no último trimestre, incrementar novas estratégias visando recuperar a integralidade dos créditos vencidos. As principais medidas estão relacionadas a seguir:

a) Contratação de escritórios de advocacia e cobrança especializados;

b) Ajustamento de ações inibitórias para 94% das inadimplências, contendo o seguinte pedido:

- a apresentação de documentação que comprove o orçamento e o empenho dos valores da dívida do Município com a RGE e;
- proibição de contratação de novas despesas sem antes equacionar a dívida junto a RGE.

c) Para o restante dos inadimplentes, a estratégia da RGE foi de não ingressar com ações judiciais e intensificar as negociações considerando novas políticas de parcelamentos;

d) Criação de uma nova estrutura organizacional por região de atendimento que tem como principal atribuição a atuação e o acompanhamento das operações junto ao Poder Público.

Principais resultados das medidas até então implementadas:

a) Autorização para compensação de créditos arrecadados nas faturas de energia a título de Contribuição da Iluminação Pública (CIP) com as faturas mensais de 19 Prefeituras de um total de 182 Prefeituras que possuem o convênio de arrecadação com a RGE. A compensação de créditos oriundos da CIP passou a cobrir 100% das faturas das Prefeituras de Taquara e Gravataí, que representam atualmente mais de 75% dos débitos vencidos;

b) Em termos processuais os resultados foram os seguintes:

- As 31 ações tiveram prosseguimento processual normal, ou seja, não houve casos de indeferimento por parte do judiciário;
- Em todas as audiências designadas pelo juiz visando à conciliação houve acordo entre as partes, não resultando perdas para a RGE.

A Administração da Companhia considerando os resultados exitosos alcançados até o momento e fundamentada na avaliação dos seus consultores jurídicos externos avaliou que praticamente a totalidade dos créditos vencidos junto ao setor público serão realizáveis, portanto justificando a reversão de R\$ 9.013 da provisão de R\$ 9.470 constituída no terceiro trimestre de 2006, restando uma provisão de R\$ 457 referente às ações ainda não ingressadas na justiça até a data do encerramento do exercício.

Concessionárias	2006		2005	
	Saldo a receber	Provisão de perda	Líquido	Líquido
BANDEIRANTE	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
EEB	114	282	114	10
CAUA	7	-	(7)	-
CAT-LEO	3	-	(3)	-
CEB	38	127	(92)	35
CELS	25	3	(3)	25
CEMAT	33	-	(33)	-
CEMIG	398	1.183	(1.116)	398
CENF	89	298	(4)	89
CERJ	63	-	(63)	-
CESP	246	535	(535)	246
CPFL	4	-	(4)	5
CSPE	11	-	(11)	-
ELEKTRO	119	-	(119)	-
ELETHROPAULO	372	770	(770)	372
ENERSUL	49	-	(49)	49
ESCELSA	51	256	(256)	51
CJE	3	-	(3)	-
LIGHT	278	852	(806)	278
CNEE	1	-	(1)	-
PIRATININGA	287	-	(287)	-
CLFSC	2	-	(2)	-
EEVP	5	-	(5)	-
CEAL	-	-	-	-
CELS	6	23	(18)	5
CELPE	131	179	(157)	131
CEPISA	24	83	(73)	24
CHESF	30	22	-	30
COELBA	150	303	(279)	150
COELCE	81	207	(181)	81
COSERN	30	140	(65)	30
ENERGIPE	38	-	(38)	-
SAELPA	44	46	(46)	44
CELPA	104	-	(104)	-
CELTINS	2	-	(2)	-
ELETRONORTE	1	1.050	(1.050)	1
Total	2.865	6.424	(701)	649

Ativo regulatório - TUSD

A Resolução ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004, estabeleceu os procedimentos necessários à redução das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição para empreendimentos hidrelétricos e aqueles com fonte solar, eólica, biomassa ou cogeração qualificada, com potência instalada menor ou igual a 30.000 kW, bem como para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 kW, e determinou a constituição do ativo regulatório TUSD, a ser compensado no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração.

Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de "Energia Livre", foi elaborado, no âmbito do "Acordo Geral do Setor Elétrico", o "Acordo de Reembolso de Energia Livre", onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores. A Companhia fez jus a um ativo de energia livre no montante de R\$ 11.104.

A Companhia registra a atualização financeira deste ativo com base na variação da taxa SELIC simples capitalizada mensalmente, acrescida de um "spread" de 1,0% a.a. aplicados sobre 86,7% do saldo credor e, SELIC simples capitalizada mensalmente para o restante de 13,3% do saldo credor, conforme estabelecido no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, uma vez que a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES (vide nota 15) da ordem de 86,7% deste ativo.

Adicionalmente, a Companhia constitui provisão para perdas no recebimento deste ativo, tendo em vista que os prazos de recuperação da Reconposição Tarifária Extraordinária (RTE) definidos pela ANEEL deverão ser observados inestritamente, não havendo nenhum aspecto que autorize sua ampliação pelas concessionárias, conforme disposto no Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL, de 23 de dezembro de 2005.

Demonstrativo analítico da posição do contas a receber de energia livre, conforme Ofício Circular nº 2.218/2005-SFF/ANEEL.

Concessionárias	2006		2005	
	Saldo a receber	Provisão de perda	Líquido	Líquido
BANDEIRANTE	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
EEB	114	282	114	10
CAUA	7	-	(7)	-
CAT-LEO	3	-	(3)	-
CEB	38	127	(92)	35
CELS	25	3	(3)	25
CEMAT	33	-	(33)	-
CEMIG	398	1.183	(1.116)	398
CENF	89	298	(4)	89
CERJ	63	-	(63)	-
CESP	246	535	(535)	246
CPFL	4	-	(4)	5
CSPE	11	-	(11)	-
ELEKTRO	119	-	(119)	-
ELETHROPAULO	372	770	(770)	372
ENERSUL	49	-	(49)	49
ESCELSA	51	256	(256)	51
CJE	3	-	(3)	-
LIGHT	278	852	(806)	278
CNEE	1	-	(1)	-
PIRATININGA	287	-	(287)	-
CLFSC	2	-	(2)	-
EEVP	5	-	(5)	-
CEAL	-	-	-	-
CELS	6	23	(18)	5
CELPE	131	179	(157)	131
CEPISA	24	83	(73)	24
CHESF	30	22	-	30
COELBA	150	303	(279)	150
COELCE	81	207	(181)	81
COSERN	30	140	(65)	30
ENERGIPE	38	-	(38)	-
SAELPA	44	46	(46)	44
CELPA	104	-	(104)	-
CELTINS	2	-	(2)	-
ELETRONORTE	1	1.050	(1.050)	1
Total	2.865	6.424	(701)	649

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os recursos relacionados à pesquisa e desenvolvimento são aplicados à seguinte forma: (i) 40% em projetos de pesquisa e desenvolvimento; (ii) 40% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT; e, (iii) 20% para a Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Os valores destinados ao FNDCT e à EPE, itens (i), (ii), e (iii), vêm sendo provisionados mensalmente pelo regime contábil de competência. Entretanto, os gastos relacionados à pesquisa e desenvolvimento, item (i), e os gastos relacionados ao programa de eficiência energética foram registrados contabilmente no momento da sua realização financeira e levados ao resultado quando da conclusão dos projetos. Portanto, os gastos ainda não realizados relacionados ao P&D, item (i), somente estarão afetando o resultado após a conclusão dos projetos. Em dezembro de 2005 a ANEEL, através da Resolução nº 176/2005 e do Manual para Elaboração do PEE, determinou o provisionamento dos gastos relacionados aos programas de eficiência energética, bem como a atualização financeira desses gastos pelo SELIC. Adicionalmente, a Administração da Companhia, decidiu provisionar os gastos relacionados à pesquisa e desenvolvimento, item (i).

O IBRACON, através do Comunicado Técnico nº 03/2006, definiu como ajustes

	Consumidores		GWh		RS	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Consumidores						
Residencial	847.711	823.227	1.492	1.466	722.849	684.934
Industrial	29.845	30.990	2.547	2.762	715.922	745.787
Comercial	95.429	849	832	399.465	369.074	350.206
Rural	136.860	134.150	897	875	154.184	142.468
Poder público	10.015	10.015	120	118	59.763	54.515
Emissão pública	1.415	1.369	188	188	67.530	59.504
Consumo próprio	107	107	224	224	12.359	12.359
Fornecimento futuro	1.122.781	1.094.651	6.310	6.470	2.236.775	2.106.491
Outros						
Fornecimento não futuro do exercício					84.486	61.474
Fornecimento não futuro do exercício anterior					(61.475)	(63.516)
Encargos tarifários emergenciais					257	34.068
Total fornecimento energia	1.122.781	1.094.651	6.310	6.470	2.280.043	2.143.987
Suplimento energia					342	317
Receita pela disponibilização da rede elétrica					53.884	13.033
Total fornecimento e suprimento	1.122.781	1.094.651	6.661	6.787	2.344.288	2.157.020
Outras receitas					32.775	16.318
Total receita bruta	1.122.781	1.094.651	6.661	6.787	2.382.043	2.173.338

24. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Quantidade GWh		RS	
	2006	2005	2006	2005
Energia elétrica comprada para revenda				
Companhia Estadual de Energia Elétrica	152	152	15.252	15.252
Companhia da Geração Térmica de Energia Elétrica	452	527	34.868	39.942
Energia - Repasse de Itaipu	1.496	1.501	111.725	114.414
Tractebel Energia	3.511	3.522	394.464	357.347
AES Uruguai Energia Empreendimentos	1.243	1.243	131.569	131.569
CPFL Comercialização Brasil	1.069	783	86.364	63.140
Programa de incentivo a fontes alternativas de energia elétrica	31	-	7.575	-
Outros	13	19	973	999
Variação de custos da parcela "A" - CVA	7.815	7.825	769.681	720.554
Total	7.815	7.825	1.122.781	1.094.651

	Quantidades de ações do capital social		RS
	2006	2005	
Prejuízo líquido do período	152	152	15.252
Efeitos na controladora até 13/09/2005			
Comissão de administração	152	152	15.252
Outros	152	152	15.252
Total	304	304	30.504

	2006		2005	
	2006	2005	2006	2005
Recargas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	5.134	2.927	5.134	2.927
Acrescimos moratórios	27.191	30.325	27.191	30.325
Variação nas provisões monetárias	4.579	5.659	4.579	5.659
PIS/COFINS sobre outras receitas (vide nota 7)	3.457	-	3.457	-
Outras	1.214	1.563	1.214	1.563
Total	41.846	40.474	41.846	40.474
Despesas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	(5.134)	(2.927)	(5.134)	(2.927)
Acrescimos moratórios	(27.191)	(30.325)	(27.191)	(30.325)
Variação nas provisões monetárias	(4.579)	(5.659)	(4.579)	(5.659)
PIS/COFINS sobre outras receitas (vide nota 7)	(3.457)	-	(3.457)	-
Outras	(1.214)	(1.563)	(1.214)	(1.563)
Total	(41.846)	(40.474)	(41.846)	(40.474)
Despesas em dividas				
Encargos de transporte de Itaipu	(90.142)	(68.439)	(90.142)	(68.439)
Encargos de transporte de energia	(3.178)	(3.796)	(3.178)	(3.796)
Despesas bancárias	(392)	(245)	(392)	(245)
Operações de swap	(11.265)	(19.058)	(11.265)	(19.058)
Operações de câmbio	(3.178)	(3.796)	(3.178)	(3.796)
CPMF	(9.773)	(8.995)	(9.773)	(8.995)
IOF	(968)	(1.312)	(968)	(1.312)
Outras	(1.747)	(3.229)	(1.747)	(3.229)
Total	(117.465)	(128.017)	(117,465)	(128,017)
Despesas financeiras - líquidas	(75.619)	(64.543)	(75.619)	(64.543)
CPMF - Contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira				
IOF - imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos e valores mobiliários				
29. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	2006	2005	2006	2005
Recargas não operacionais				
Ganhos na alienação de bens do ativo imobilizado	166	335	166	335
Ganhos na desativação de bens do ativo imobilizado	314	540	314	540
Ganhos na alienação de investimentos	-	243	-	243
Outras receitas	2.250	205	2.250	205
Total	2.730	1.323	2,730	1,323
Despesas não operacionais				
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	(701)	(497)	(701)	(497)
Perdas na alienação de bens do ativo imobilizado	(12,175)	(15,450)	(12,175)	(15,450)
Perdas na alienação de investimentos	(243)	-	(243)	-
Outras despesas	(3,309)	(3,215)	(3,309)	(3,215)
Total	(16,354)	(17,205)	(16,354)	(17,205)
Despesas não operacionais - líquidas	(13,611)	(16,182)	(13,611)	(16,182)
30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS				
A Companhia mantém operações em instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e respaldadas por ativos e passivos em instrumentos relacionados no item (a) nos fluxos de caixa de troca de câmbio.				
Adicionalmente, apresentamos os principais riscos operacionais que poderão afetar as condições financeiras, os negócios e os resultados da Companhia, caso algum desses riscos venha a se concretizar.				
a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio				
O resultado da Companhia é afetado pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio do dólar e da variação das diversas moedas (US\$, Iene, Euro, Franco Suíço e outras) que compõem a cesta de moedas do BNDIS (LIMBNDIS), visto que a Companhia possui financiamento atrelado a essas moedas (vide nota 15). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia contraiu operações de "swap" para troca do indexador, taxa de juros e "spread" para CDI, dos montantes de principal a juro. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida em dólar através de um montante contratado mais um cupom em dólar a ser recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares da dívida e do "swap" serão equivalentes. No caso do financiamento do BNDIS, o "swap" oferece cobertura bastante eficiente, mas não total do risco, visto que a variação da cesta de moedas não é igual, porém próxima à variação do dólar. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente no resultado de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do período, tendo em vista a expressão intenção de não liquidação dos contratos de "swap" antes da liquidação das dividas. A seguir apresentamos as operações de "swap" comparativamente ao valor justo dessas operações, para o qual utilizamos o método de cotação de mercado à data do encerramento do exercício:				

	Valor contábil		Valor justo	
	2006	2005	2006	2005
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional - BNDIS				
Ativos em dólar	(9.390)	(15.050)	(9.390)	(15.050)
Instrumento de "hedge"	84.105	15.340	85.739	14.566
Instrumento de "swap"	(86.457)	(15,079)	(86,853)	(14,265)
Ajustes operacionais de "swap"	(2,352)	262	(1,053)	301

Rio Grande Energia S.A.

CNPJ/MF nº 02.016.439/0001-38



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Encargos/deduções divulgadas pela CCEE para os exercícios findos em:

Operações	2006	2005
Encargos do serviço do sistema	(3.814)	(1.773)
Custo com compras	(480)	(404)
Receita de vendas	730	237
Saldo antes das liquidações	(3.564)	(1.940)
b) Saldo da CCEE deduzidas as liquidações em:		
2006		
Ativo	3	64
Passivo	-	-
Total	3	64

32. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Empresas	2006	2005	2006	2005	Receita	Despesa
Banco Bradesco						
Número disponível	985.841	-	-	-	-	-
Aplicação financeira	1.601.513	-	-	-	283	209
Operações de "swap"	191	-	-	-	1.858	(262)
Prestação de serviços	-	-	-	-	262	444
Banco Votorantim						
Aplicação financeira	16.374	-	-	-	990	296
Operações de "swap"	-	-	-	-	7.189	-
Prêmio de seguros	111	213	-	-	-	517
CSA Companhia Brasileira de Alumínio						
Compra de material	-	-	3	603	-	5.769
CPFL Comercialização						
Outros créditos	-	-	163	-	-	-
Suprimento de energia	-	-	-	-	11.010	8.119
CPFL Companhia Paulista de Força e Luz						
Outros créditos	621	998	-	-	-	-
CPFL Serra						
Outros créditos	-	80	-	-	-	-
PSEG Public Service Energy Global						
Outros créditos	-	145	-	-	-	-

A principal transação com partes relacionadas refere-se a operações de compra de energia, negociadas em condições normais de mercado, com anuidade da ANEEL.

33. SEGUROS
A Companhia possui apólices com coberturas de acordo com a orientação de especialistas, suficientes para cobrir eventuais perdas significativas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Riscos	Data de vigência	Valor do prêmio	Importância segurada	2006	2005
Riscos nomeados - substituições	31/03/2006 a 31/03/2007	222	9.700	9.700	9.700
Riscos nomeados - subseção móvel	31/03/2006 a 31/03/2007	98	4.300	4.300	4.000
Riscos nomeados - fogos e explosões	31/03/2006 a 31/03/2007	124	15.875	15.875	15.000
Responsabilidade civil - administradores	31/03/2006 a 31/03/2007	309	10.000	6.000	6.000
Responsabilidade civil - veículos	01/02/2006 a 01/02/2007	183	42.760	42.760	42.760
Responsabilidade civil - veículos	31/03/2006 a 31/03/2007	159	1.000	1.000	1.000
Total		1.095	83.635	83.635	35.700

34. RESOLUÇÃO ANEEL Nº 166/2004
A ANEEL determinou, através da Resolução Homologatória nº 166/2004, como parte do processo de aprovação da incorporação da DOCS Participações pelo Rio Grande Energia, as seguintes principais obrigações, deliberadas na Assembleia Geral Extraordinária de 4 de outubro de 2004, quando foi modificada a Lei de Energia em 6 de outubro de 2004, Contrato de Prestação de Conta-Gratuita, tornando-se obrigatório o atendimento ao Contrato de Acesso nº 13/1997 para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida, com a tipificação de penalidades aplicáveis na hipótese do seu descumprimento, no percentual de até 2,0% do faturamento da Companhia. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Acesso foi assinado em 22 de novembro de 2004.
a) adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2004, para a curva de amortização constante da Lei nº 10.424 de 19 de maio de 2002, com o objetivo de garantir a neutralidade do impacto sobre a margem de contribuição da Distribuidora, pois essas condições pagam pelo uso da rede elétrica (TUSD) e os efeitos benéficos do imposto de renda e da modificação das características técnicas de geração de energia, representando a Distribuidora em seus custos com energia reduzidos na proporção da energia desses consumidores.
b) adequação da curva de amortização do saldo do ágio aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2004, para a curva de amortização constante da Lei nº 10.424 de 19 de maio de 2002, com o objetivo de garantir a neutralidade do impacto sobre a margem de contribuição da Distribuidora, pois essas condições pagam pelo uso da rede elétrica (TUSD) e os efeitos benéficos do imposto de renda e da modificação das características técnicas de geração de energia, representando a Distribuidora em seus custos com energia reduzidos na proporção da energia desses consumidores.
c) aquisição de reservatórios com demanda contratada igual ou superior a 500 kW podem adquirir energia de fontes renováveis, como PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), biomassa e eólica. No ano de 2006, a Companhia formou energia elétrica a 528 consumidores com esse perfil de carga, representando aproximadamente 24,24% da energia elétrica distribuída.
d) capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos, deduzido do "saldo positivo do fluxo financeiro" - R\$ 141.714.
e) os acionistas assumiram o compromisso de manter as contra-garantias mencionadas no item IV do art. 1º desta Resolução, seja direta ou indiretamente, até a quitação total da operação junto ao "BankBoston", na proporção das respectivas participações acionárias no capital social da Companhia. Em cumprimento a este item, os controladores da Companhia, CPFL Energia S.A. e IGE Energia Ltda., assinaram em 6 de outubro de 2004, Contrato de Prestação de Conta-Gratuita, tornando-se obrigatório o atendimento ao Contrato de Acesso nº 13/1997 para conter as exigências da Resolução Homologatória acima referida, com a tipificação de penalidades aplicáveis na hipótese do seu descumprimento, no percentual de até 2,0% do faturamento da Companhia. O Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Acesso foi assinado em 22 de novembro de 2004.
f) adicionalmente, a ANEEL determinou através desta Resolução a elaboração do fluxo financeiro da Companhia, atrelado à amortização total da dívida junto ao "BankBoston", visando garantir a neutralidade dos efeitos da incorporação, observando os seguintes procedimentos:
1. computar como "entradas" os efetivos benefícios do imposto de renda e da legislação em vigor; e prioridade no reembolso do capital, em caso de liquidação; e
2. capitalização do saldo dos dividendos fixos declarados e não pagos, deduzido do "saldo positivo do fluxo financeiro" - R\$ 141.714.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES

	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGRREGADO POR ATIVIDADE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)	
	2006	2005	2006	2005	2006	2005
Recarga operacional (nota 24)						
Fornecimento de energia elétrica	2.260.043	2.208.404	2.382.043	2.208.404	121.012	113.660
Suprimento de energia elétrica	35.341	35.341	(13.335)	(39.842)		
Receita pela disponibilização da rede elétrica	53.884	53.884	(13.615)	(16.182)	70.966	64.835
Outras receitas operacionais	32.775	32.775	2.355.093	2.152.380	15.023	12.149
Deduções da receita operacional						
ICMS	(500.262)	(500.262)			10.542	103.634
PIS	(40.717)	(40.717)			19.459	(2.973)
COFINS	(188.788)	(188.788)			17.375	21.532
Reserva global de reversão	(12.348)	(12.348)			5.490	(1